

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA
CMMC

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

17 de julho de 2024 | local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 10h00

Coordenador: Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM)

Vice Coordenadora: Greicilene Regina Pedro (SECLIMA/SEMAM)

Relator: Thiago Luiz Silva

Representantes presentes: Srs. Marcio Paulo (Coordenador), Greicilene Pedro (Vice Coordenadora/SEMAM), Carlos Eizo (SESERP), Carla Pupin (SEDURB), José Rezende (FPTS), Adilson Gonçalves (SEPORTE), Leila Kamura (SEOBE), Franco Cassol e Victor Valle (DEPRODEC).

Ausências justificada: GPM, DICOM, SEGOV

Convidados: Sras. Andrea Pascoal (SMS) e Carla Maira Cescato (SEMAM/ SECLIMA)

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

- 1) Leitura e aprovação das atas anteriores;
- 2) Informes da Coordenação;
- 3) Eleição para Vice-Coordenador(a) da CMMC;
- 4) Departamento de Proteção e Defesa Civil – SESEG: Sistemas de Detecção e Alerta Precoce para Riscos de Defesa Civil;
- 5) I Plano Operativo Anual do Plano Municipal de Ação Climática de Santos ref. 2024 (POA 2024 do PACS) – Deliberação;
- 6) Assuntos gerais.

O Coordenador Sr. Marcio Paulo agradeceu a presença de todos deu início a reunião informando aos presentes que precisaria se ausentar e que a Sra. Greicilene conduziria a reunião.

No item 1, a Sra. Greicilene informou que as atas serão encaminhadas posteriormente para aprovação por e-mail.

No item 2, a Sra. Greicilene participou que a visita que a coordenação da CMMC faria à Autoridade Portuária foi adiada para o dia 05 de agosto e informou que as informações obtidas serão compartilhadas com os demais membros da CMMC. Explicou que a resposta ao questionário do CDP referente a 2024 será elaborada pela coordenação e solicitou a participação das secretarias para contribuir com as informações pertinentes às pastas correspondentes. Participou que o Sr. Victor Tornello, representante da WRI Brasil, esteve em reunião na SEMAM e relembrou sobre a seleção do projeto piloto de AbE no Monte Serrat dentre os dez projetos que participaram da primeira etapa do Acelerador de Soluções baseadas na Natureza em Cidades. Expôs que ocorrerá atividade de encerramento geral do Acelerador em agosto, mas que a WRI Brasil continua

acompanhando o desenvolvimento do projeto de AbE no Monte Serrat junto ao Gap Fund com o objetivo de ampliação/replacação do projeto.

No item 3, Sra. Greicilene comunicou que, de acordo com o Decreto que instituiu a CMMC e seu Regimento Interno, o Vice-Coordenador deve ser escolhido por eleição e explicou que com o afastamento do Sr. Eduardo Kimoto Hosokawa entendeu-se que provisoriamente ela atuaria em seu lugar na Coordenação Executiva da CMMC, por ter assumido a chefia da SECLIMA, mas que é necessário realizar a eleição. O Secretário de Meio Ambiente Sr. Marcio Paulo justificou que a Sra. Greicilene é a pessoa mais ligada aos processos relacionados à política pública municipal de ação climática e indicou a mesma. Esta sendo aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão.

No item 4, a Vice-Coordenadora convidou os Srs. Victor e Franco para apresentarem o Sistema de Detecção e Alerta Precoce para Riscos da Defesa Civil. Sr. Franco agradeceu e falou que o objetivo é mostrar as ferramentas atualmente usadas no Departamento de Proteção e Defesa Civil - DEPRODEC. Explicou que o departamento faz o gerenciamento de riscos e desastres nos seus diferentes estágios, antes, durante e depois do desastre. Cada estágio possui diferentes fases que incluem prevenção, mitigação e preparação (Antes), resposta (Durante) e recuperação (Depois). Informou que existe uma ampla gama de desastres que são classificados pela Defesa Civil de acordo com a COBRADE – Codificação Brasileira de Desastres. Os desastres podem ser divididos em tecnológicos e naturais, que por sua vez podem ser divididos em geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos. Pontuou que chuvas intensas podem ser deflagradoras de eventos hidrológicos (inundações, enxurradas, alagamentos) e geológicos (deslizamentos e corridas de massa), indicando que eventos podem ser deflagradores de mais de um desastre ao mesmo tempo. Sr. Adilson pontuou que nos eventos de chuvas intensas também podem ocorrer contribuintes biológicos, associados a doenças relacionadas a enchentes. Sr. Franco pontuou que no Brasil os eventos mais impactantes em termos de perda de vidas humanas são deslizamentos de solo em áreas de encostas ocupadas e que Santos tem amplo histórico neste tipo de evento, mas que o município é acometido por outros eventos também, como chuvas intensas com maré alta e chuvas intensas com ventos intensos, provocando quedas de árvores e interferências na rede elétrica e ressacas, que causam inundações em áreas mais baixas. Explicou que o município também possui eventos de ordem tecnológica, como incêndios urbanos e em plantas industriais, além da zona portuária que possui perigos relacionados a manejo de produtos perigosos. De acordo com a lei 12.608/2012, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) tem como alguns de seus objetivos (Art. 5º): VIII - “monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres” e IX - “produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais”, tornando necessário pensar em sistemas de monitoramento e alerta. Apresentou as ferramentas de monitoramento e alerta que a Defesa Civil tem utilizado: 1. Pluviômetros, com pluviômetro de referência Posto Sabesp no bairro Saboó (que possui uma série histórica de dados diários de chuva desde 1940) onde os registros são coletados a cada 3 horas e rede de pluviômetros automáticos do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN com 17 equipamentos espalhados no município de Santos que podem ser consultados através do <http://www2.cemaden.gov.br/mapainterativo/>. 2. Radares Meteorológicos, com Radar em São Roque-SP - DECEA/FAB: (<https://www.redemet.aer.mil.br/index.php>) e Radar em Salesópolis-SP, contratado junto à Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. 3. Monitoramento da evolução dos sistemas meteorológicos

utilizando imagens do satélite GOES-16. 4. Parcerias com o Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas - NPH- Unisanta com boletins diários de previsão oceanográfica e boletins extraordinários quando da previsão de eventos adversos, uso de dados em conjunto com a Praticagem do Porto de Santos SP Pilots, com estações maregráficas e meteorológicas e plataforma *Aquasafe* para acesso aos dados meteo-oceanográficos registrados e ao sistema de previsão. 5. Recebimento de Alertas e acesso a previsões de diferentes centros. 6. Produção de Boletins Meteorológicos próprios com a busca do refino das condições previstas para a cidade de Santos e Baixada Santista. Apontou sobre as ferramentas para disseminação de alertas: 1. Notas à imprensa e portal oficial da PMS. 2. Redes sociais. 3. Repercussão dos veículos de mídia (televisão, rádios, *sites*, páginas de redes sociais que cobrem a região). 4. Mensagens SMS. 5. Canal de Whatsapp e Grupos de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDECs. Explicou que existe projeto para notificações *pop-up* nos celulares, que serão direcionados a todos os aparelhos de determinada área onde for identificado risco e que será implementado futuramente. A Vice-Coordenadora perguntou sobre o tempo de antecedência que a Defesa Civil recebe os alertas. Sr. Victor informou que recebem com aproximadamente 5 dias de antecedência, mas que só são divulgados ao público com cerca de 3 dias para maior assertividade. Sr. Adilson pontuou que os alertas são importantes não só para a região dos morros, mas também para a região da orla da praia, que com auxílio da CET evita perdas materiais como carros inundados nas garagens subterrâneas dos prédios localizados nesta região e desviando o trânsito para maior segurança de todos. Sr. Franco participou sobre a dificuldade de previsão de certos eventos como chuvas rápidas e intensas e da importância de integração com a comunidade. A Vice-Coordenadora perguntou sobre a possibilidade de ocorrência de eventos de corrida de massas no Caruara. Victor respondeu que sim e que a região será incluída na atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR para deslizamentos. Sr. José Rezende pontuou sobre o risco da região de morro em proximidade à Câmara Municipal e elogiou as ações da Defesa Civil citando os trabalhos de estaqueamento. A Vice-Coordenadora perguntou sobre a pertinência da utilização e efetividade do sistema de alertas de sirenes. Sr. Victor explicou que apesar de ser um recurso importante, possui limitações e que em casos onde este é acionado e os eventos não ocorrem da forma como foram previstos, pode acarretar desconfiância e resistência da população, além de que se faz necessário considerar questões como manutenção periódica dos equipamentos, abrigos adequados e segurança das casas no momento da evacuação. A Vice-Coordenadora pontuou sobre os riscos tecnológicos. Sr. Victor apontou sobre o porto de Santos e suas atividades, explicou que este possui seus planos de emergência e contingência, que atuam em cooperação com a Defesa Civil, mas que esta não age como coordenadora dos planos. Explicou que está em produção um mapeamento de risco tecnológico. Sr. Adilson comentou sobre a importância de saber quais materiais de risco estão circulando no porto.

No item 5, a Vice-Coordenadora participou que foi encaminhada a minuta do Plano Operativo Anual do Plano de Ação Climática de Santos – POA PACS para os membros da Comissão, por e-mail, e que todas as contribuições enviadas até o final do prazo acordado em reunião da CMMC, em 24/07/24, serão inseridas no documento final. Explicou que houveram novas contribuições da SEPORTE e da SECLIMA além daquelas apresentadas durante a última reunião da Comissão. Na sequência sugeriu alteração para as datas de elaboração do relatório anual, já que o PACS determina que este seja elaborado em dezembro, quando muitas ações ainda estão em andamento, e sugeriu incluir que o início de elaboração da minuta ocorra em dezembro, mas que apreciação desta seja feita em janeiro, assim disponibilizando margem para revisão e consolidação

de dados, sendo a proposta aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão.

No item 6, a Vice-Coordenadora informou que tem recebido pedidos de entrevistas para projetos de pesquisa de interessados em entender o processo de governança da CMMC e sobre como o PACS foi elaborado. Sem mais nada a ser tratado no momento, a reunião foi encerrada.

MARCIO GONÇALVES PAULO
COORDENADOR DA CMMC